O DIRETOR,
Aprovo o Caderno de Encargos.

João Paulo Cancela Roque

Assinado de forma digital por João Paulo Cancela Roque
Dados: 2020.06.08 09:49:10 +01'00'

João Paulo Cancela Roque
CMG EMA

PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO

NPD 3020012048

INTEGRAÇÃO APLICAÇÕES LEGADAS COM SIFDN-RHV

CADERNO DE ENCARGOS

CADERNO DE ENCARGOS

ARTIGO 1.º
OBJECTO

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de um Ajuste Direto, que tem por objeto a aquisição dos serviços discriminados no Anexo A, pelo Ministério da Defesa Nacional – Marinha – Superintendência das Tecnologias da Informação – Direção de Tecnologias de Informação e Comunicações, doravante designado por contraente público.
2. Este procedimento foi autorizado por Despacho do Diretor de Tecnologias de Informação e Comunicações de **03 de junho de 2020**.

Artigo 2.º
CONTRATO

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, caso o contrato seja reduzido a escrito.
2. O contrato a celebrar integrará os seguintes elementos:
   a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão a contratar;
   b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
   c) O caderno de encargos e respetivos anexos;
   d) A proposta adjudicada;
   e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos acima referidos, prevalecem os documentos pela ordem indicada no número anterior.

Artigo 3.º
PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

1. O contrato inicia no primeiro dia útil após a assinatura do contrato, cessando no momento da prestação dos serviços, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O contrato cessará quando forem quitadas todas as prestações.
3. A prestação dos serviços, deverá ser efetuada nos **prazos indicados nas propostas a apresentar pelas firmas**, após a receção do Pedido de Compra emitido pelo contraente público.

Artigo 4.º
OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

1. Obrigação de prestação dos serviços identificados na sua proposta no prazo indicado no artigo anterior.
2. Obrigação de garantia dos serviços.
3. Obrigação de pagamento de todas as despesas decorrentes de prestação de cauções e do processo de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, se aplicável.

4. Obrigação de manter o primeiro outorgante atualizado das contribuições perante a Segurança Social e as Finanças, através das respetivas declarações ou certidões, sem as quais não serão efetuados pagamentos.

Artigo 5.º

CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS SERVIÇOS

1. O adjudicatário obriga-se a prestar ao contraente público os serviços objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no Anexo A, ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os serviços objeto do contrato devem ser efetuados em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos aos serviços e das garantias a elas relativas, no que respeita à conformidade dos serviços.
4. O adjudicatário é responsável, perante o contraente público, por qualquer discrepância dos serviços objeto do contrato, que existam no momento em que os serviços lhe são prestados.

Artigo 6.º

PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OBJECTO DO CONTRATO

1. Os serviços objeto do contrato devem ser efetuados conforme anexo A ao Caderno de Encargos, **no prazo constante da proposta adjudicada**.
2. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a prestação dos serviços objeto do contrato, toda a documentação que seja necessária para a boa e integral utilização daqueles.
3. Com a prestação dos serviços objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como o risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor, exceto quando se preveja a realização de testes de aceitação.
4. Todas as despesas e custos com o transporte dos serviços objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega e, se aplicável, com a respetiva instalação são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 7.º

DEVER DE SIGILO

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à atividade do contraente público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. O dever de sigilo mantém-se mesmo após o cumprimento ou a cessação, por qualquer causa, do contrato.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente

obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Artigo 8.º
OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o contraente público deve pagar ao adjudicatário o valor constante da proposta adjudicada, acrescida de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O valor referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos à prestação dos serviços objeto do contrato no respetivo local, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. O valor acima referido não pode, em caso algum, exceder o montante total definido como preço a pagar pela entidade adjudicante, conforme artigo 21º do presente Caderno de Encargos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, considerado como parâmetro base do valor contratual.

Artigo 9.º
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos dos artigos anteriores, serão pagas dentro de **60 (sessenta)** dias após a receção pelo contraente público das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura do auto de receção respetivo.
3. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, no prazo de **8 (oito)** dias, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, em igual prazo.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no ponto 1. do presente artigo, as faturas são pagas através de **Transferência Eletrónica.**
5. Não serão efetuados pagamentos antes da obtenção da Declaração de Conformidade ou Concessão de Visto pelo Tribunal de Contas, quando aplicável.

Artigo 10.º
MORA NO PAGAMENTO

1. O adjudicatário terá direito a juros de mora no pagamento das situações liquidadas e aprovadas, quando a mesma exceder **65 (sessenta e cinco)** dias a contar da data da aprovação da fatura.
2. O juro só será abonado ao adjudicatário desde que este o solicite expressamente em requerimento dirigido ao contraente público.
3. Se o atraso na realização de qualquer pagamento se prolongar por mais de **120 (cento e vinte)** dias, o adjudicatário terá direito à resolução do contrato.
4. Os prazos referidos no presente artigo só iniciam a sua contagem após a emissão dos documentos mencionados no ponto 5. do artigo anterior, quando aplicável.

Artigo 11.º

PENALIDADES CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
   a) Nos 8 (oito) dias além do prazo fixado no n.º 3 do artigo 3º a penalidade será de 0,5%, por cada dia de atraso;
   b) Entre os 9 (nove) e os 30 (trinta) dias além do prazo fixado no n.º 3 do artigo 3º, a penalidade será de mais 1%, por cada dia de atraso;
   c) Após 31 (trinta e um) dias além do prazo fixado no n.º 3 do artigo 3º, a penalidade será de mais 1,5%, por cada dia de atraso.
2. A pena pecuniária, prevista para o incumprimento de acordo com o número anterior, será deduzida na fatura de liquidação do pedido de compra.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o contraente público pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 5% do valor base do contrato.
4. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do ponto 1. do presente artigo, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
6. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.
7. As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Artigo 12.º

EXECUÇÃO DA CAUÇÃO

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do convite à apresentação de proposta, pode ser executada pelo contraente público, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pelo contraente público não impede a execução da caução, contando que para isso haja motivo.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de **10 (dez)** dias após a notificação do contraente público para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Artigo 13.º

FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
   a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
   b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
   c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
   d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
   e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
   f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
   g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 14.º

RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no caso de atraso superior a um mês na prestação dos serviços objeto do contrato ou declaração escrita do adjudicatário de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público e sem prejuízo do respetivo direito de indemnização e do pagamento pela parte, e apenas pela parte, do contrato executado até ao prazo estabelecido no número 3 do artigo 3º deste Caderno, pelo adjudicatário.

Artigo 15.º

RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos no art. 332º do CCP, o adjudicatário pode resolver o contrato quando:
   a) Qualquer montante, que lhe seja devido, esteja em dívida há mais de 180 (cento e oitenta) dias;
   b) O montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. Nos casos previstos do ponto 1. do presente artigo, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a sua receção, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso durante esse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Artigo 16.º

FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 17.º

SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

1. A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
2. Sem prejuízo do disposto em matéria de cessão da posição contratual e de subcontratação, incumbe ao adjudicatário a exata e pontual execução das prestações contratuais, em cumprimento do convencionado, não podendo este transmitir a terceiros as responsabilidades assumidas perante o contraente público.

Artigo 18.º

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de conta constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

Artigo 19.º

CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Artigo 20.º

FISCALIZAÇÃO

1. Não obstante todos os direitos e deveres decorrentes do presente Caderno de Encargos o contraente público reveste-se dos poderes conferidos pelo artigo 302º do CCP.
2. O poder de fiscalização será exercido através dos serviços competentes do contraente público.

Artigo 21.º

PREÇOS

1. Para efeitos do presente procedimento o preço contratual é de **19.980,00 €** (dezanove mil, novecentos e oitenta euros), nos termos do art.º 97º do CCP.
2. O presente procedimento não tem definido preço ou custo anormalmente baixo, nos termos do n.º 2 do art.º 71º do CCP.

Artigo 22º

CONSULTA PRELIMINAR

No planeamento da presente contratação não foram efetuadas consultas preliminares, ao abrigo do art.º 35-A do CCP.

Artigo 23.º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em todos os aspetos não regulados no presente contrato, serão aplicáveis as normas do Código dos Contratos Públicos.

DIREÇÃO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

ANEXO A

EXTENSÃO DE FORNECIMENTO

PAQ N.º: 20038/DITIC

DATA: 26-05-2020

DIVISÃO/SECÇÃO: DSS

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO/PROCESSO: DITIC - Evolução e Sustentação da Arquitetura SOA - Integração Aplicações Legadas com SIGDN-RHV

1. OBJETIVO

A Marinha Portuguesa (MP) tem em exploração um conjunto de peças de software, que suportam um agregado de aplicações e serviços, os quais carecem de licenciamento anual por forma a ser assegurada a sua utilização, a capacidade de atualização, bem como o respetivo suporte técnico.

Atualmente este software é baseado numa solução proprietária da Oracle (Oracle SOA Suite) que assegura a interoperabilidade entre múltiplos sistemas, de vários Setores Funcionais da Marinha.

Nesse sentido, esta plataforma consubstancia-se como uma das peças estruturantes da Arquitetura de Referência da Marinha (ARM), no que respeita à implementação de uma arquitetura orientada a serviços.

De qualquer forma, e atendendo às várias diretivas para a adoção de sistemas abertos na Administração Pública, que entre outros permitiriam a redução dos inerentes custos de licenciamento, torna-se necessário identificar e avaliar outras opções que se possam vir a constituir como eventuais alternativas. Assim, tem de, por um lado, se assegurar as atuais funcionalidades e, por outro, atestar o necessário conhecimento interno de forma a se poder governar, administrar e operar todo o sistema.

2. ENQUADRAMENTO

a. No âmbito do processo de transição para o SIGDN-RHV e fazendo uso da Bolsa de Horas SOA contratada à Link Consulting, iniciou-se em 2019 o desenvolvimento de um conjunto de *webservices* de forma a manter as aplicações legadas em produção que atualmente estão ligadas ao SIIP;
b. Neste contexto, pretende-se contratar serviços de suporte externos no sentido de se dar continuidade ao trabalho de desenvolvimento na integração das Aplicações Legadas com o SIGDN-RHV.

3. REQUISITOS FUNCIONAIS

Os requisitos funcionais a assegurar são os seguintes:

N.º	Descrição
RF01	O Proponente deverá assegurar o cumprimento do Modelo de Governação da plataforma.
RF02	O Proponente deverá manter atualizado o levantamento e a caracterização da plataforma existente.
RF03	O Proponente deverá colaborar nos processos de Configuração, Administração, Monitorização e Manutenção da plataforma *Oracle SOA Suite*, desde o ambiente de Testes até ao ambiente de Produção.
RF04	O Proponente deverá efetuar auditorias e análises de risco à plataforma.
RF05	O Proponente deverá propor ações de manutenção preventiva com o intuito de se antever/evitar possíveis problemas na plataforma.
RF06	O Proponente deverá identificar e documentar os problemas ocorridos, aconselhando formas para o restabelecimento do normal funcionamento.
RF07	O Proponente deverá propor as ações de manutenção corretiva necessárias, quer à plataforma, quer aos serviços.
RF08	O Proponente deverá efetuar a gestão, verificação e aplicação de *patches*, ao nível do SOA Suite.
RF09	O Proponente deverá efetuar a configuração e o *tuning* da plataforma.
RF010	O Proponente deverá acompanhar o processo de *deployment* de novas versões aplicacionais nos ambientes de Testes e Produção.
RF011	O Proponente deve identificar eventuais necessidades de revisão aos modelos de documentação, a ser preenchida aquando da disponibilização de novos serviços.
RF012	O Proponente deverá efetuar o interface com equipas de administração de sistemas e bases de dados, bem como com os responsáveis de processos aplicacionais que utilizam esta plataforma.
RF013	O Proponente deverá assegurar o apoio à exploração das funcionalidades dos vários produtos do Oracle *SOA Suite*.
RF014	O Proponente deverá efetuar ações de formação técnica, "*side-by-side*", na plataforma.
RF015	O Proponente deverá efetuar ações de formação técnica expositiva, na plataforma.
RF016	O Proponente deverá propor os seguintes perfis técnicos: • Consultor Sénior • Consultor Júnior
RF017	Requisitos do perfil Sénior: • Experiência profissional relevante na área de administração de Sistemas de *Middleware*;

	• Experiência profissional relevante na administração e implementação em *Oracle SOA Suite*; • Conhecimentos adequados de BD Oracle e SQL; • Conhecimentos adequados em JAVA, BPEL, SOAP, REST, WLST; • Conhecimentos adequados nos *standards* XML, XPATH, XSD.
RF018	Requisitos do perfil Júnior: • Experiência profissional adequada na área de administração de Sistemas de *Middleware*; • Experiência profissional adequada na administração e/ou implementação em *Oracle SOA Suite*; • Conhecimentos adequados de BD Oracle e SQL; • Conhecimentos adequados em JAVA, BPEL, SOAP, REST, WLST; • Conhecimentos adequados nos *standards* XML, XPATH, XSD.

4. OBJETO DO FORNECIMENTO

Pretende-se efetuar a renovação do suporte atualmente existente conforme descrito na tabela abaixo:

Nr.	Designação	Horas	CPV	Qt
1	Bolsa de horas de Suporte à infraestrutura SOA	400	72253200-5	1

5. GESTÃO DE CONTRATO

5.1. Durante a vigência do contrato, o adjudicatário deverá manter os recursos apropriados, *know-how* e experiência técnica adequada ao serviço a prestar, de forma a garantir, em qualquer momento, o suporte indispensável ao nível da assistência técnica pretendida, mediante os requisitos funcionais acima definidos;

5.2. A prestação dos serviços deverá ser executada, preferencialmente e sempre que possível, nas instalações da Marinha, na DITIC, Praça do Município em Lisboa;

5.3. Após entrada em vigor do contrato, as partes nomearão os pontos de contacto, responsáveis pela gestão administrativa e técnica, devendo ser indicado sempre um contacto principal e um alternativo. Cada uma das partes obriga-se a comunicar à outra a substituição de qualquer um dos supramencionados elementos, com a adequada antecedência, relativamente à data de efetivação da substituição;

5.4. Durante as horas normais de serviço, o adjudicatário garantirá que pelo menos um dos elementos nomeados como ponto de contacto estará em situação contactável, de forma a tomar conta da ocorrência e se responsabilizar pelo seu seguimento, nos termos estabelecidos no contrato.

6. INFORMAÇÃO INDISPENSÁVEL PARA APRECIAÇÃO DE PROPOSTA

6.1. Declaração expressa do cumprimento integral da presente extensão de fornecimento ou indicação dos requisitos que eventualmente não poderão ser satisfeitos;

6.2. Plano de pagamentos.

7. DURAÇÃO DO CONTRATO

O contrato a firmar terá a duração de um ano e não deve ser considerada a sua renovação automática.

O Chefe de Divisão DSS

Mário João Pinto Alves

Assinado de forma digital por Mário João Pinto Alves
Dados: 2020.06.08 09:12:44 +01'00'